

Ana Carolina Corrêa Soares de Camargo

EDUCAR: UMA QUESTÃO METODOLÓGICA?

Proposições psicanalíticas sobre o ensinar e o aprender



EDITORA
VOZES

Petrópolis

APRESENTAÇÃO

Há quase um século, um pastor e pedagogo de Zurique – Oskar Pfister – lançava à leitura de seus colegas *O método psicanalítico. Uma exposição empírico-sistemática*, inaugurando uma série de publicações psicanalíticas em matéria educativa. No entanto, não foi o primeiro a entrar em tema, na esteira dos – já nesse momento – diversos assinalamentos do próprio Pai da Psicanálise, ora sobre a educação, ora sobre a pedagogia. Cinco anos antes, na primeira grande reunião de freudianos, realizada em Salzburgo, em 1908, Sandor Ferenczi fez a primeira alusão pública sobre a possibilidade de a psicanálise vir a fertilizar a educação.

O livro de Pfister foi prefaciado por Freud, quem declarou que o mesmo contaria com a gratidão das gerações vindouras de educadores. De fato, seu lançamento suscitou grande entusiasmo. Em 1920, ainda era esperada com impaciência a sua tradução francesa. E não por qualquer pedagogo desavisado! No *Anuário da Instrução Pública*, Suíça, Pierre Bovet publica um artigo, intitulado *A Psicanálise e Educação*, onde reclamou da demora na circulação em língua francesa das obras psicanalíticas importantes para a educação e, em particular, do livro de Pfister. Mas – certamente para surpresa de não poucos hoje em dia – Bovet foi mais longe ainda. Como diretor do famoso Instituto Jean-Jac-

ques Rousseau de Genebra, foi o responsável pela introdução na formação de educadores do estudo da psicanálise.

Entretanto, com um século de *psicanálise e educação* em vias de encerrar-se, não estamos nem “melhor” nem “pior” que antanho no que tange à incidência da psicanálise no campo das ditas ciências da educação. A psicanálise continua – e continuará por dever de ofício – situando-se nas margens ou, se preferirmos, sendo excêntrica no interior do universo da pedagogia e seus gritos de última moda. Ora sua presença é saudada, ora sua singular existência é recusada pelas razões mais débeis que possamos imaginar. Mas nada de surpresa! Se já era sabido que a carne era fraca, com Freud, a razão ficou passível de debilidade.

No entanto, a lista das diversas contribuições inaugurada por Pfister ultrapassa a paciência contábil de qualquer um. Ela é sistematicamente reaberta, aqui e acolá. Por exemplo, o livro de Ana Carolina Corrêa Soares de Camargo – que o leitor destas linhas tem em mãos – é decididamente mais um a fazer *causa freudiana*. Mas ele possui, por sua vez, um distintivo. Talvez essa seja a marca de um tipo de produção em psicanálise e educação ainda não muito divulgada.

Ana Carolina não escreveu este livro para explicar a teoria psicanalítica aos educadores. Passado quase um século, nestes tempos de “Freud explica!”, não faltam, pelo contrário, iniciativas nesse sentido, ora graças a psicanalistas “preocupados” pela educação, ora devido a pedagogos desejosos de espalhar uma boa-nova. Tanto uns quanto outros, todos cheios de intenções profiláticas.

Dentre um sem número de razões, Ana Carolina escreveu este livro para, assim, poder desdobrar um interrogante que a incomodava, qual seja *Educar: uma questão metodológica?* Em suma, escreveu-o para ela mesma. Entretanto, eis aí todo o seu mérito para ser dado a outros lerem – em particular aos educadores mais ou menos profissionais.

Há anos que Ana Carolina dedica-se a acompanhar com certa “eficácia” (de forma: terapêutica e/ou educativa?) crianças e jovens às voltas com suas inibições e dificuldades ditas escolares. Embora – como ela mesma nos conta – não tivesse diploma algum que a habilitasse nisso que acabou sendo sua profissão, exercida com estilo leigo e singular.

Na USP, deparou-se com algo da psicanálise quando fora buscar, justamente, não o diploma de pedagoga em si, mas o saber técnico profissional que considerava estar lhe fazendo falta. Assim, acabou não achando o procurado, mas o inesperado.

A freqüência – não obrigatória – às “aulas de psicanálise” acabou tomando para Ana Carolina os contornos de uma experiência. Não aquela “formativa” nestes tempos de sisudos pedagogos reflexivos, imbuídos de científica profilaxia redentora. Mas aquela de me acompanhar, “aula” após “aula”, na experiência de dar singular testemunho da impossibilidade profissional da educação, da psicanálise e da política. Em outras palavras, testemunho de como na transmissão, no amor e no poder “algo” inesperadamente foge – perde-se – para reaparecer estranhamente sempre outro.

Assim foi que – como Freud dissera por ocasião do discurso de saudação proferido, na qualidade de ex-aluno famoso, pelo 50º aniversário da escola que freqüentara quando jovem – “algo da personalidade do professor” acabou por embarçá-la, a ponto tal que não pôde não se lançar a escrever um Trabalho Complementar de Curso, até esse instante sequer obrigatório.

Por que escrevemos? Alguns dizem para nos comunicar à distância. Outros, para assim, depois, poder lembrar de algo. Pode ser que assim seja. Depois de tudo, por que não?

Mas, às vezes, não podemos não escrever para assim nos des/embaraçar de algo. Certa vez, ocorreu-me afirmar, após

lembrar que a *fala* encena o assassinato canibal *do pai* primeiro, que a *escrita* visa à invenção de *um pai* para um sujeito. Assim, há escritas e escritas.

Logo no início de sua argumentação, Ana Carolina lembra do assinalamento que Maud Mannoni fizera, no seu *Educação Impossível*, a propósito da escrita da *Carta ao Pai*, por Franz Kafka. Esta encenaria o drama de um não-entendimento entre pai e filho, ou seja, a impossibilidade de fato em fazer diferir aquilo que resta numa assimetria relacional inevitável. Nela, o escritor lamenta não poder deslocar-se de um lugar onde teria sido supostamente posto. Kafka-filho não consegue advir outro, aí onde supõe ter sido posto ser pelo pai. Impossibilidade de fato, creditada na conta do filho, às voltas com adquirir aquilo que herda. Mas também, impossibilidade de Kafka-pai de dar testemunho daquilo que – em fuga – torna toda educação impossível *a priori* e por direito.

No entanto, quase no final de seu percurso de escrita, Ana Carolina recorta trechos de *O Espelho* de Guimarães Rosa. Isto é, r/escreve para ela... r/escreve para dar a ler a “seu” professor e a outros. Trata-se de uma escrita que se situa nas antípodas da *Carta ao Pai*, pois diz de uma experiência subjetiva – aquela que possibilita, sim, a um sujeito interrogar a sua miragem que retorna do fundo da voz do pai: “você chegou a existir?”

Nossa autora não tomou essas referências literárias ao acaso. Talvez as tomou “sem querer querendo” como diz um personagem televisivo infantil. Enquanto a primeira lhe permite situar uma das formas da educação impossível, a leitura de Guimarães precipita um momento para concluir na tentativa de responder a pergunta que dá título a este livro.

Leia!, caro leitor – em particular se você for daqueles colegas que já estão entediados dos famosos cursos de recicla-

gem docente. Grandes chances de usufruir uma experiência de puro e estranho prazer (des)formativo. Isso já vale um século, em tempos onde o tedioso discurso (psico)pedagógico hegemônico prescreve não apenas como a criança deve ser psicologicamente normal, bem como todo professor deve dar metodicamente “sua” aula.

Neste livro, Ana Carolina tão-somente diz de si mesma, diz sua implicação subjetiva na educação. Isto é, ela diz algo daquilo que, ortodoxia formativa alguma, nada quer saber

Leandro de Lajonquière
São Paulo, inverno de 2006